CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 16/03/2024 - 05:56

Bolsonaro propôs golpe após eleições, afirmam militares

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Bolsonaro no comando de uma trama golpista

Depoimentos dos ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica apontam ex-presidente como o líder de tentativa de golpe de Estado

» RENATO SOUZA

Depoimentos de ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica à Polícia Federal, que vieram a público, ontem, colocam o ex-presidente Jair Bolsonaro no centro de uma tentativa de golpe de Estado. O plano seria colocado em prática no fim de 2022, antes, portanto, de o petista Luiz Inácio Lula da Silva assumir a presidência da República.

As declarações feitas pelo general Marco Antonio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, e pelo brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, ex-chefe da Aeronáutica, deixam claro que Bolsonaro tentou, pessoalmente, cooptar os militares para derrubar a democracia.

Os depoimentos dão detalhes dos encontros convocados por Bolsonaro — que já haviam sido citados na delação do ex-ajudante de ordens da Presidência, Mauro Cid —, e ainda implicam ex-integrantes do governo do ex-presidente, como o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, que teria apresentado uma das versões da "minuta de golpe" aos ex-comandantes das Forças Armadas; e o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que teria explicado aspectos jurídicos para embasar as medidas de exceção consideradas por Bolsonaro. A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) também é mencionada.

Na oitiva à PF, em 1º de março, Freire Gomes relatou uma reunião, realizada em 11 de novembro de 2022, em Brasília, na qual Filipe Martins, então assessor da Presidência, leu um texto golpista para os demais, na presença de Bolsonaro. Em seguida, os civis, integrantes do governo, deixaram o local, e o presidente ficou apenas com os militares e Torres. Martins foi um dos presos na Operação Tempus Veritatis, em fevereiro.

O general não é investigado, mas foi chamado a depor como testemunha em razão de mensagens que Cid lhe enviou citando a "minuta de golpe". De acordo com a PF, as mensagens foram trocadas após uma reunião, no fim de novembro de 2022, em Brasília, de oficiais suspeitos de apoiar um golpe. Freire Gomes foi chamado para o encontro com Bolsonaro no Palácio do Planalto juntamente com os demais comandantes: Baptista Junior e o ex-chefe da Marinha, almirante Almir Garnier Santos.

Conforme a delação de Cid — confirmada agora pelos depoimentos de Freire Gomes e Baptista Junior — os ex-chefes do Exército e da Aeronáutica se opuseram ao plano golpista. Já Garnier teria se colocado à disposição do ex-presidente. À PF, o almirante se calou.

Baptista Junior, por sua vez, afirmou aos investigadores que, em dezembro de 2022, Bolsonaro sondou a cúpula das Forças sobre um golpe. Ainda de acordo com o ex-chefe da Aeronáutica, em outra reunião, na qual o ex-presidente voltou a abordar o tema, Freire Gomes chegou a falar em prender Bolsonaro caso ele desse andamento ao plano golpista (**leia reportagem na página 3**).

Implicações

Juristas ouvidos pelo **Correio** afirmam que as novas informações tornam a situação jurídica de Bolsonaro ainda mais complexa e dificultam os argumentos da defesa.

Conrado Gontijo, doutor em direito penal econômico pela Universidade de São Paulo (USP), vê uma ligação entre as situações descritas nas oitivas e os atentados de 8 de janeiro, em Brasília. "A minuta do golpe não foi usada, mas revela uma intenção muito clara dele para discutir um meio que lhe permitisse ficar no comando do país mesmo após o resultado das eleições. O ponto definitivo e final foi o dia 8 de janeiro", destacou.

Acácio Miranda, doutor em direito constitucional pelo Instituto de Direito Público (IDP-DF), destaca as semelhanças entre os depoimentos de Baptista Junior e Freire Gomes, o que indica veracidade das declarações. "Hoje, temos minimamente elementos suficientes de autoria e materialidade para que Bolsonaro seja denunciado", frisou. (**Com Agência Estado**)

O pedido de Zambelli

O ex-comandante da Aeronáutica Baptista Júnior disse à PF ter sido abordado pela deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) em evento da Força Aérea Brasileira (FAB), em Pirassununga (SP), com exigência de não "deixar o presidente Bolsonaro na mão". O caso ocorreu, segundo ele, em 8 de dezembro de 2022. "Deputada, entendi o que a senhora está falando e não admito que proponha qualquer ilegalidade", respondeu ele, segundo a oitiva. Procurada, a defesa de Zambelli afirmou que nunca fez pedido ilegal, não se recorda do fato e "se, porventura, pediu acolhimento, o fez por causa da derrota nas eleições".

Isac Nóbrega/PR

Bolsonaro teria tentado cooptar os então comandantes das Forças para dar um golpe, mas só o da Marinha supostamente se prontificou

As três versões de minuta golpista

Veja as modificações feitas no documento

1. Minuta previa a prisão de Moraes, Gilmar e Pacheco

» Apresentada ao ex-presidente Jair Bolsonaro em 15 de novembro de 2022, em reunião no Palácio da Alvorada.

» Naquela data, Bolsonaro recebeu o assessor Filipe Martins, o advogado Amauri Saad e o padre José Eduardo de Oliveira e Silva.

» Texto pedia a prisão dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

» Segundo Mauro Cid, então ajudante de ordens do presidente, Bolsonaro teria determinado a Filipe Martins alguns ajustes no documento.

» Documento ainda não veio a público.

2. Segunda versão previa o estabelecimento de estado de sítio "dentro das quatro linhas" e, ato contínuo, decreto de GLO

» Texto foi apresentado durante reunião em 7 de dezembro de 2022, na biblioteca do Palácio do Planalto.

» Presença dos comandantes do Exército e da Marinha, do ministro da Defesa, do assessor Filipe Martins e de Jair Bolsonaro.

» Filipe Martins leu os "considerandos" e, em seguida, saiu da reunião.

» Texto previa a atuação de "juízes suspeitos", declarava o estado de sítio e GLO.

» "Diante de todo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da Constituição Federal de 1988, declaro o estado de Sítio; e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem", encerra-se o texto.

» O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Baptista Júnior, disse que o documento continha diversos "considerandos" e, ao fim, decretava a realização de novas eleições e a prisão de diversas autoridades do Judiciário.

» Bolsonaro disse que o documento estava em estudo e que reportaria para eles a evolução.

» Documento estava em posse de Mauro Cid.

3. Decretação do estado de defesa na sede do TSE

» Possivelmente apresentada na manhã de 14 de dezembro de 2022, na sede do Ministério da Defesa, e em uma outra reunião no Palácio do Planalto.

» Reunião no Ministério da Defesa foi convocada pelo ministro Paulo Sérgio de Oliveira e contou com os três comandantes das Forças Armadas.

» "Decreta estado de defesa, previsto nos artigos 136, §40 e §41 da Constituição Federal, com vistas a restabelecer a ordem e a paz institucional, a ser aplicado no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, para apuração de suspeição, abuso de poder e medidas inconstitucionais e ilegais levadas a efeito pela Presidência e membros do tribunal, verificados através de fatos ocorridos antes, durante, e após o processo eleitoral presidencial de 2022", inicia-se o texto.

» Baptista Júnior e o comandante do Exército, Freire Gomes, disseram à PF que não admitiram a hipótese de golpe de Estado; o comandante da Marinha, Garnier Santos, ficou calado.

» Documento que decretava estado de defesa foi apreendido na casa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres.

Reprodução/Redes Sociais

Bolsonaro percorreu cidades do litoral e não comentou depoimentos

Carreatas no Rio e silêncio sobre caso

» LUANA PATRIOLINO

Assim que o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou públicos os depoimentos de militares à Polícia Federal sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) participou de uma série de manifestações e carreatas em cidades do Rio de Janeiro, como Maricá, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Bolsonaro fez rápidas aparições pelas cidades por onde passou, sem discursos ou manifestações a respeito dos depoimentos. As visitas foram postadas nas redes sociais. Em São Pedro da Aldeia, Bolsonaro foi recebido em uma escola cívico-militar, uma de suas bandeiras durante o mandato.

Hoje, deve ir ao lançamento da pré-candidatura do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Quem comentou sobre os depoimentos foi o advogado de Bolsonaro, Fabio Wajngarten. Ele ironizou as declarações do ex-comandante do Exército, o general Marco Antônio Freire Gomes, à PF. Na oitiva, o militar confirmou que o ex-chefe do Executivo estava no centro de articulações golpistas para tentar reverter o resultado das eleições de 2022.

Por meio das redes sociais, Wajngarten acusou o general de ter "memória seletiva", pois recorda de "vírgulas, frases e palavras, mas não se recorda de datas". Apesar das críticas da defesa, Freire Gomes mencionou em seu depoimento pelo menos duas datas específicas aos investigadores.

Wajngarten também criticou o fato de a defesa ainda não ter tido acesso aos depoimentos. "Bem curioso. Mais ainda as defesas não terem nenhum acesso a esse depoimento folclórico", escreveu no X. (**Com AE**)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 02

Copyright © Clipclap 2025.